



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2009
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

ACTIVIDADE DO GRUPO

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

GOVERNO DA SOCIEDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

De acordo a Lei, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio reportados a 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo Anexo.

INTRODUÇÃO

O ano de 2009 é o primeiro exercício em que a actividade corresponde a um período de 12 meses de operação após fusão, que ocorreu em inícios de Maio do ano anterior, momento em que o património da Lisgráfica SA passou a incorporar a totalidade da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas SA.

Como referido no Relatório de Gestão de 2008, o cumprimento da IFRS 3 levou à aplicação do método de compra, em a Heska foi considerada a entidade adquirente e a Lisgráfica como a entidade adquirida, pelo que ainda que do ponto de vista formal e legal o património da Heska tenha sido incorporado na Lisgráfica e aquela tenha sido liquidada, do ponto de vista contabilístico o património da Lisgráfica foi incorporado na Heska.

Nestas circunstâncias as demonstrações financeiras consolidadas de 2008 foram emitidas sob o nome da Lisgráfica, mas descritas nas notas como continuação das demonstrações financeiras da Heska, ou seja, a adquirente para efeitos contabilísticos, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 representam uma continuação das demonstrações financeiras da Heska.

Os saldos inscritos na demonstração do rendimento integral do exercício de 2008 dizem respeito a um período de doze meses para as operações da Heska e a um período de oito meses (de 2 de Maio de 2008, data a que se reporta a fusão, até 31 de Dezembro de 2008) para as operações da Lisgráfica.

Consequentemente, a comparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 com as do período homólogo anterior têm de levar em linha de conta este facto.

Na data da fusão o capital social da Lisgráfica que era de 5.000.000 euros passou para 9 334 831 euros, detido em 51% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos SA e em 39,4% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, SA, estando o restante capital disperso em Bolsa. As acções emitidas no âmbito do processo de fusão e consequente aumento de capital foram admitidas à cotação em 26 de Outubro de 2009.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Dezembro de 2009:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Socias	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

A instabilidade nos mercados financeiros iniciada nos finais de 2008 continuou a ter um impacto significativo no desempenho das economias a nível nacional e internacional durante 2009. O PIB em Portugal apresentou um decréscimo de 2.7% justificado pela retracção do consumo interno e redução das exportações, neste caso devido à generalizada recessão económica a nível mundial e em especial nos países de União Europeia. Apesar das reduzidas taxas de juro, assim como de inflação e das medidas destinadas a incentivar a recuperação económica não foi possível inverter a tendência de recessão ao longo de praticamente todo o ano, e apenas nos últimos meses de 2009 se começaram a verificar alguns sinais de melhoria do ciclo económico

Os factores mencionados contribuíram para um aumento dos níveis de desemprego e influenciaram de forma negativa o consumo interno, isto apesar da constante baixa das taxas de juro ter contribuído em alguns casos para o ligeiro aumento do rendimento disponível das famílias, mas insuficiente para criar qualquer efeito de retoma dos índices de confiança.

A generalidade das empresas sofreu uma gradual redução da actividade, não se tendo vislumbrado sinais sustentáveis de retoma, e manteve-se o reajustamento das suas estruturas para fazer face à persistente crise económica. Na indústria gráfica, os efeitos da recessão foram muito evidentes, com a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas bem como a redução de trabalhos das grandes marcas comerciais.

Para tal foi determinante a retracção no investimento publicitário que, no caso da imprensa não-diária regista um decréscimo de 10% face ao ano anterior, quando no investimento publicitário global foi de 8.2%. Foi ainda evidente durante o ano de 2009 o desaparecimento de alguns pequenos editores que se dedicavam a publicações de média circulação, mas cuja estrutura não suportava ajustes em face da redução de investimento publicitário e de vendas de exemplares.

De referir ainda que no seguimento da operação imobiliária concretizada com a ESAF em Julho de 2004, está em desenvolvimento o projecto imobiliário que visa a desafectação das áreas não necessárias à actividade industrial; o projecto de loteamento foi aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras em 25 de Março de 2010. Estima-se que o início das obras ocorra durante o primeiro semestre de 2010.

ACTIVIDADE DO GRUPO

A actividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores, e foi marcada pelos efeitos da retracção do investimento publicitário pelo que, comparativamente a 2008 e em termos globais, apresenta uma variação nas

vendas de - 1,0 % tendo-se situado nos 35,7 milhões de euros. Quanto aos jornais em 2009 e mais precisamente nos finais de Maio, iniciámos a impressão do Jornal de Negócios que no ano anterior não teve qualquer contributo para as vendas uma vez que não era impresso pela Lisgráfica.

Apesar do decréscimo de actividade a empresa manteve o parque de máquinas de impressão e acabamento, tendo no entanto procedido ao ajustamento da sua capacidade produtiva através de medidas que levaram à redução do número de horas de trabalho ao fim de semana, a partir do final do 1º trimestre.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 Em €	Var. 08/09 Em %
Revistas	17.237	18.082	-845	-4,7%
Jornais/suplementos	7.558	5.885	1.673	28,4%
Catálogos e Folhetos	6.890	9.046	-2.156	-23,8%
Listas	2.781	2.446	335	13,7%
Outros	1.208	566	642	113,4%
TOTAL	35.674	36.025	-351	-1,0%
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				

Durante o exercício de 2009 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas participadas:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua actividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do ano tem como única participação financeira os 100% do Capital da Grafilis, Reprodução e Artes Gráficas SA.

Os resultados do ano, negativos em cerca de 78 mil euros, reflectem a apropriação, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados negativos obtidos pela sua única participada.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objecto a actividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica SA. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da actividade da Grafilis SA que em 2005 cessou em definitivo.

Apesar da sua inactividade a empresa continua a registar Amortizações de benfeitorias em imóvel de propriedade alheia, onde funciona a Sede, o que explica o resultado líquido do exercício de aproximadamente 76 mil euros, negativos.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os Proveitos Operacionais ultrapassam 37 milhões de euros, dos quais 96% provêm directamente das vendas e 4% de serviços prestados. De recordar que as demonstrações financeiras consolidadas de 2008 estão preparadas com base no princípio da continuidade de operações por parte da Heska SA, ou seja, no de ser esta empresa a incorporar o património consolidado da Lisgráfica SA, pelo que a análise comparativa das mesmas tem que ser efectuada levando este facto em consideração.

O quadro seguinte reflecte este procedimento e as principais variações em termos de estrutura de custos são justificadas pelo referido no parágrafo anterior.

ACTIVIDADE OPERACIONAL 2009/2008

DESCRIÇÃO	2009		2008		Var. 08/09	Var. 08/09
					em €	em %
Vendas	35.674	96%	36.024	96%	-350	-1,0%
Outros Proveitos Operacionais	1.373	4%	1.417	4%	-44	-3,1%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	37.047		37.441		-394	-1,1%
				82%		
Custo Merc. Vendidas e Consum.	13.727	37%	14.787	39%	-1.060	-7,2%
Fornecimentos e S. Externos	10.402	28%	10.423	28%	-21	-0,2%
Custos Com Pessoal	11.104	30%	9.819	26%	1.285	13,1%
Amortizações e Ajustamentos	7.257	20%	5.458	15%	1.799	33,0%
Perdas de Imparidade	0	0%	19.042	51%	-19.042	-100,0%
Provisões	483	1%	200	1%	283	141,5%
Outros Custos Operacionais	806	2%	615	2%	191	31,1%
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	43.779		60.344		-16.565	-27,5%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-6.732		-22.903		16.171	70,6%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-18,2%		-61,2%		43,0%	70,3%
EBITDA - €	1.008		-17.245		18.253	-105,8%
EBITDA - %	2,7%		-46,1%		48,8%	-105,9%
<i>(Valores em Milhar es de Euros)</i>						

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais, é de referir:

- na rubrica CMVC a diminuição do seu valor e peso na estrutura decorre de a facturação com incorporação de papel ser inferior à registada nas contas do ano anterior, e também pela ligeira redução na actividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos, e em resultado da alteração dos universos de comparação, não são evidentes os efeitos de redução de custos consequência das medidas de contenção e racionalização de custos implementadas ao longo do ano com especial efeito nos custos com Subcontratos e custos de Energia;

- quanto aos Custos Com Pessoal e apesar da redução do número de trabalhadores entre Dezembro de 2008 e finais de 2009 ter sido de 25 pessoas, a comparação não traduz, em termos consolidados, os efeitos das medidas de redução de custos que foram implementadas em 2009; de salientar que em finais de 2009 o número de trabalhadores tinha baixado para 368;

- as Amortizações decompõem-se entre 5.051 mil euros de amortização de bens do activo da empresa, 2.206 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes cujo *goodwill* foi apurado e registado na totalidade

em 2008 e 483 mil euros de Provisões Para Cobrança Duvidosa registadas no exercício;

O Resultado Operacional Consolidado apurado no ano de 2008, embora negativo, é substancialmente melhor que o apurado no ano anterior

O Cash Flow Operacional Consolidado é positivo de 1 milhão de euros.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2009/2008

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 em €	Var. 08/09 em %
Resultados Operacionais	-6.732	-22.903	16.171	71%
Resultados Financeiros	-2.694	-2.659	-35	-1%
Imposto S/ Rendimento	-230	-338	108	32%
Resultados Líquidos	-9.656	-25.900	16.244	63%
<i>(Valores em milhar de euros)</i>				

Os resultados financeiros situam-se ao mesmo nível do ano anterior, justificado pelo aumento do endividamento, apesar do custo médio do endividamento ter baixado ao longo do ano consequência do decréscimo da principal taxa de referência para financiamento bancário (Euribor a 90 dias).

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2009/08

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 em €	Var. 08/09 em %
Activos não Correntes	51.862	54.369	-2.507	-5%
Activos Correntes	19.032	20.513	-1.481	-7%
Activos para Venda	36	34	2	6%
TOTAL ACTIVO	70.930	74.916	-3.986	-5%

Capital Próprio	-10.583	-927	-9.656	1042%
Passivo não Corrente	13.845	22.446	-8.601	-38%
Passivo Corrente	67.668	53.396	14.272	27%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	70.930	74.915	-3.985	-5%

(Valores em milhares de Euros)

As principais variações ocorridas no Activo Líquido verificam-se nos Activos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção).

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 10.583 mil euros negativos para o que contribuiu o Resultado Líquido negativo apurado no exercício.

O Passivo Corrente regista um aumento de cerca de 14 milhões de euros justificado em 6 milhões de euros pela transferência de responsabilidades bancárias que no ano

anterior se encontravam a médio prazo, e pelo aumento líquido do endividamento bancário ocorrido no exercício em 10,8 milhões de euros.

Encontra-se em negociação com a Banca um programa de reestruturação do passivo bancário que, quando concluído, permitirá a recalendarização da dívida e a reclassificação destes passivos em médio/longo prazo.

Apesar das condições adversas o Grupo Lisgráfica cumpriu na íntegra a liquidação dos impostos correntes devidos no exercício, assim como o plano de reembolso de dívidas (objecto de acordos de pagamento) à DGI, IAPMEI e Segurança Social previsto para 2009 e que rondou o 1 milhão de euros.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas integradas no perímetro de consolidação apresentamos um resumo dos principais indicadores

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09
Activo Total Liq.	11.704	11.706	-2
Passivo Total	1.374	1.299	75
Capital Próprio	10.330	10.407	-77
Capital Social	53	53	0
Resultado Líquido	-78	-56	-22
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09
Activo Total Liq.	126	201	-75
Passivo Total	1.500	1.500	0
Capital Próprio	-1.374	-1.299	-75
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	-76	-103	27
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

ANEXO

GOVERNO DA SOCIEDADE

A Lisgráfica encontra-se, no que se refere ao exercício de 2009, sujeita ao Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários vigente em 2009, que poderá ser consultado na página de legislação complementar relativa à supervisão no sítio www.cmvm.pt.

A sociedade Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas SA (doravante designada por “Lisgráfica” ou “Sociedade”) optou por incluir em separado ao Relatório e Contas do exercício de 2009 um anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e na regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de actuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os estatutos da sociedade, disponíveis para consulta no sítio da internet da sociedade www.lisgrafica.pt.

A Lisgráfica reconhece que é fundamental a existência de um bom governo da Sociedade no estabelecimento e fortalecimento de uma relação aberta entre os seus accionistas e a administração da Sociedade.

Os nossos princípios em relação ao governo da Sociedade pautam-se pela responsabilidade perante os accionistas, pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os detentores de capital e pelo desejo da Administração em cumprir as suas obrigações perante os mesmos.

A nossa missão é a de valorizar o investimento dos accionistas através de uma gestão prudente dos riscos inerentes aos negócios.

A Lisgráfica, enquanto sociedade aberta sujeita à lei portuguesa, emitente de acções admitidas à negociação no mercado regulamentado *Eurolist by Euronext Lisbon*, está abrangida pelas disposições legais regulamentares vigentes em Portugal em matéria de governo das sociedades, designadamente quanto ao disposto no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários, e na regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

A Administração funciona de forma colegial, reportando-lhe directamente 7 Direcções: Produção, Comercial, Financeira, Recursos Humanos, Qualidade Ambiente e Segurança, Aprovisionamento e Serviços de Suporte, com os diversos Serviços que

estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Junho de 2008.

1) Órgão de Administração

O Conselho de Administração, exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com determinada importância.

O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido nas Assembleias Gerais Anuais 2007 e 2008, não existindo, de momento Administradores não-executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar:

Presidente: Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Vice-Presidente: Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Vogal: Eng^o António Pedro Marques Patrocínio

As regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade estão contidas nos Estatutos da Lisgráfica, disponíveis em www.lisgrafica.pt.

A Comissão Executiva tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. Esta define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são um importante capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de actuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os estatutos da sociedade, disponíveis para consulta no sítio da internet da sociedade www.lisgrafica.pt.

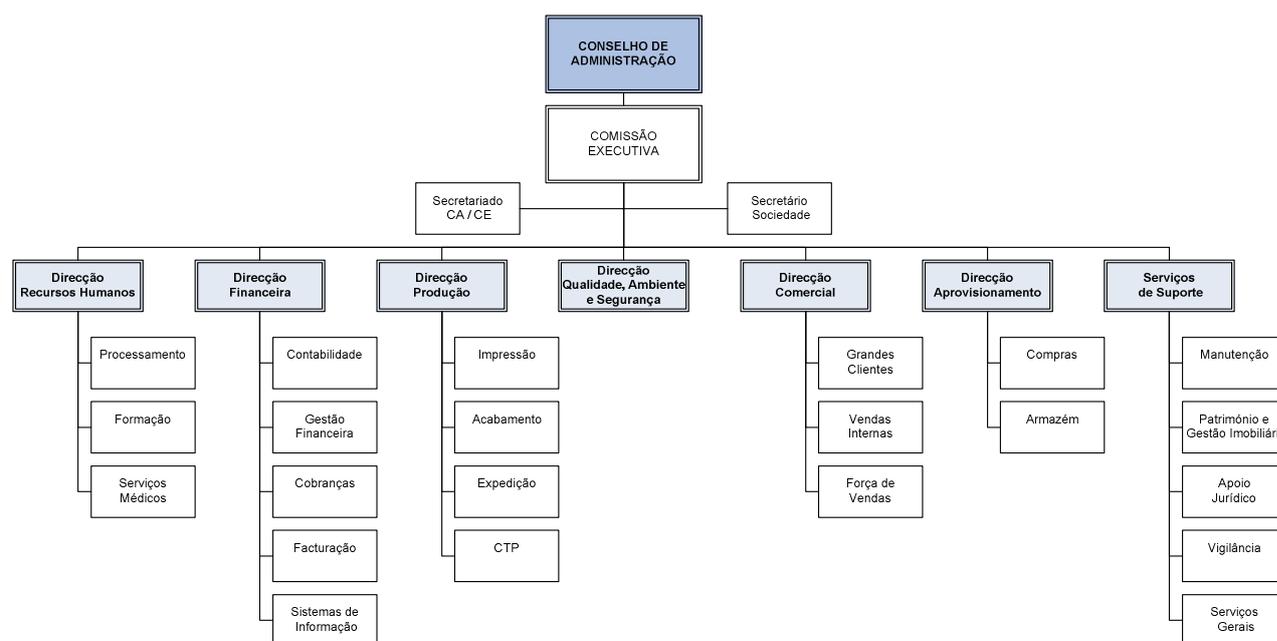
A Comissão Executiva reúne com regularidade, uma vez por semana, e, com a mesma regularidade, realizam-se Reuniões de Quadros da empresa com a presença de todos os Administradores e Directores.

A Comissão Executiva é composta pelos três membros do órgão de gestão acima identificados.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções em outras empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA"
- O Senhor Dr. Jaime Baptista Marques da Costa é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA"
- O Senhor Eng^o António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA".

2) Organograma



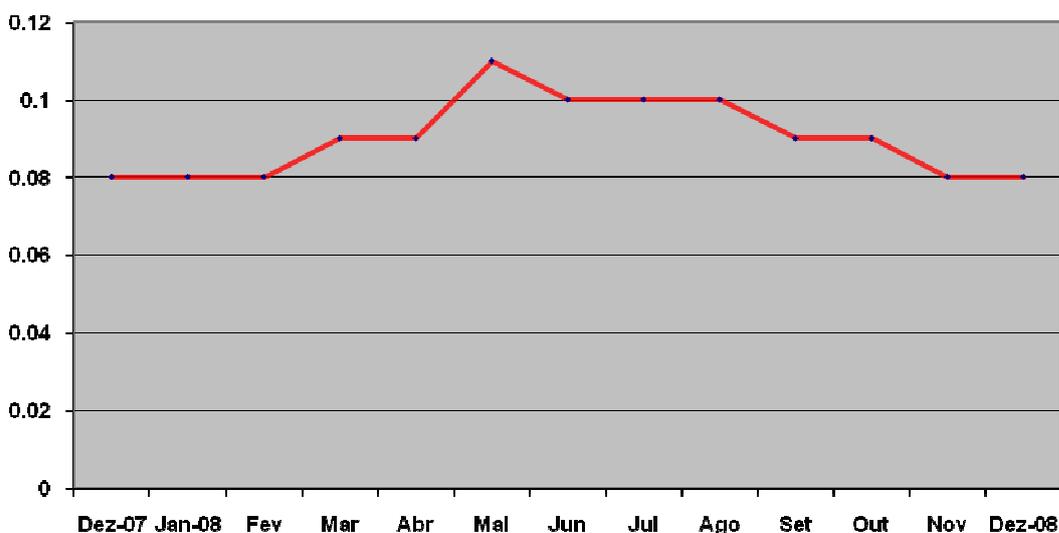
3) Estrutura de capital

O capital social é actualmente de 9.334.831 euros, sendo representado por um total de 186.696.620 acções escriturais com o valor nominal de 0,05 euros cada.

A sociedade tem acções admitidas à negociação na bolsa de valores portuguesa desde 1998.

Em 28 de Julho de 2008 a empresa apresentou à CMVM e à Euronext o pedido de admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* das 86.696.620 acções emitidas na sequência do aumento de capital resultante do processo de fusão entre a Lisgráfica e a sociedade Heska concluído em 2008, títulos estes que foram admitidos à cotação em 26 de Outubro de 2009.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2009 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia o comportamento do mercado bolsista nacional em especial no segundo semestre em que se assistiu a uma ligeira retoma do mercado com o início de recuperação da confiança dos investidores, reflexo directo do comportamento internacional na generalidade dos mercados de capitais.



Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

4) Gabinete de Apoio ao Investidor

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os Accionistas interessados em informações sobre a Sociedade e dispõe do endereço email apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt

Dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social

O referido Representante é o Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa. A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

5) Comissão de Vencimentos

A fixação das actuais remunerações foi determinada pela Comissão de Vencimentos e lavrada em acta da reunião da referida Comissão.

Os montantes pagos ou atribuídos no exercício foram os seguintes:

• Remuneração do Conselho de Administração	€ 271.700
Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão	€ 97.500
Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa	€ 91.000
Engº António Pedro Marques Patrocínio	€ 83.200
• Remunerações ao Conselho Fiscal	€ 24.000
• Remunerações ao Auditor Externo	€ 71.250

A remuneração colectiva do órgão de administração tem apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia-geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração.

O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de auditoria e de revisão legal de contas.

6) Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são simples e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, O voto por correspondência está previsto no artigo 10º dos estatutos constando a regulamentação do modo do seu exercício expressamente nas convocatórias das Assembleias Gerais.

Dos estatutos não consta expressamente a possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção tem sido determinado nas convocatórias das assembleias-gerais da Sociedade, devendo o voto ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

A cada 2.500 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

7) Regras Societárias

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou um regulamento de funcionamento da Comissão Executiva que está à disposição dos Senhores Accionistas no sítio da Sociedade na Internet.

Não existe código de conduta específico para a Lisgráfica nem outros regulamentos internos.

O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, regularmente, pelo Conselho Fiscal, que revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se reuniões do Conselho Fiscal, que acompanham a evolução da Empresa.

Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa.

Os actuais membros do Conselho Fiscal são:

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC,
representada por Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro

Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

Revisor Oficial de Contas: Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por Dr. Manuel Maria Reis Boto, (ROC nº 523)

8) Assembleia Geral

Os actuais membros da mesa da Assembleia Geral são:

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques

Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães

Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal iniciaram-se em 2007 e terminam em 2010.

O Presidente da mesa da Assembleia Geral não é remunerado.

9) Recomendações não aplicáveis

Não são aplicáveis as recomendações constantes do art. 245º-A ponto 1., alíneas b), d), e), g), j), l), o) e ponto 4.

Em seguida transcrevemos o anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM nº 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

CMVM - Questionário Governo das Sociedades Cotadas Exercício/2009

Nº	Questionário Governo das Sociedades Cotadas - Exercício/2009	Resposta
Estrutura de Capital Accionista		
Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009 (ainda que podendo não tratar-se de participações qualificadas)		
6	Por outros accionistas com participação qualificada	90,390%
7	Em carteira própria	0,030%
8	Disperso	9,580%
Total 100%		100,000%
Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009		
9	Por credores relevantes	0
10	Por concorrentes	0
11	Por clientes relevantes	0
12	Por fornecedores relevantes	0
Entre os investidores institucionais, qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009		
13	Pelo maior accionista	0
14	Por investidores não residentes em Portugal	0
15	Por investidores que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0
16	Por investidores não residentes que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0

	Controlo	0
	No cômputo das participações qualificadas (a que se refere o art 20º do CVM) em 31/Dez/2009	
17	A percentagem total do capital social envolvido era de	90,390%
18	A percentagem total do capital social, detido há pelo menos 3 anos, era de	39,400%
19	A percentagem total do capital social que era detido por residentes em Portugal era de	90,390%
20	A percentagem total do capital social que era detido, há pelo menos 3 anos, por residentes em Portugal, era de	39,400%
21	O número total de accionistas titulares de participações qualificadas era de	2
	Accionistas que exercem uma influência significativa sobre a vida da empresa, designadamente no que respeita à escolha dos membros dos seus órgãos sociais	
23	Quantos são esses accionistas	1
24	Quantos desses accionistas são não residentes	0
25	Qual a percentagem do capital social que detêm ou lhes é imputável nos termos do Art 20º do CVM, no seu conjunto ?	50,9%
	Sistemas de Remuneração Baseados em Opções sobre Acções (Stock Options)	
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	
26	Em 31/Dez/2008 existiam direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (stock options) de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração ?	Não
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
40	Estes direitos existem à data de 31/Dez/2009?	Não
	Sistemas de Remuneração Baseados em Acções (Excluindo Stock Options)	
	Em termos de sistema de remuneração baseado em acções existentes em Dezembro de 2009, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	

41	Em 31/Dez/2009 existiam sistema de remuneração baseados em acções que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração?	Não
	Em termos de sistemas de remuneração baseados em acções existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
47	Estes direitos existem à data de 31 de Dezembro de 2009?	Não
	Assembleias Gerais	
	Tomando por referência a situação existente em 31/Dez/2009:	
48	Quantas AG de accionistas ocorreram em 2009?	1
49	Quantas pessoas tem o presidente da AG ao seu dispor, dedicadas ao trabalho de organização e gestão das AG ?	1
50	Existindo pessoal dedicado, quantas pessoas pertencem aos quadros da sociedade ?	1
51	Qual o numero minimo de acções para poder participar na AG ?	2.500
52	Qual a % máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ?	100%
53	Há deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada ?	Não
	Quanto ao voto por meios electrónicos:	
57	Qual a antecedência mínima (em dias uteis), prevista nos estatutos da sociedade para a recepção da declaração de voto emitida por voto electrónico ?	N.A.
58	O voto por meios electrónicos é permitido em todas as matérias ?	N.A.
60	Existe algum requisito para participar nas AG em termos de antiguidade da detenção das acções ?	Não
	Sobre acordos parassociais:	
61	Há acordos parassociais ou outros acordos de accionistas conhecidos em vigor?	Não
	Qual a % média do capital social presente nessas assembleias:	
65	Por presença física dos próprios accionistas (não use o símbolo %)	90,390

66	Presença por representação através de membros do Órgão de Administração (não use o símbolo %)	0
67	Presença por representação através de membros do Órgão de Fiscalização (não use o símbolo %)	0
68	Presença por representação através de outra pessoa (não use o símbolo %)	50,1
69	Votos emitidos por correspondência (não use o símbolo %)	0
70	Votos emitidos electronicamente (não use o símbolo %)	0
71	Ausente (não use o símbolo %)	9,610
	Total 100%	100,000
	Negócios com partes relacionadas em 2009:	
72	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com accionistas com participação qualificada ?	€ 671.328
73	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade com empresas participadas que não sejam detidas a 100%	0
74	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com empresas detidas pelos seus administradores ou por seus familiares?	0
	Sobre a empresa de auditoria externa:	
75	Há quantos anos consecutivos esta empresa faz a auditoria externa da sociedade?	6
76	Há limitações ao número de anos em que a empresa de auditoria externa poderá prestar serviços à sociedade?	Não
78	Qual o órgão responsável pela avaliação da empresa de auditoria externa ?	Conselho Fiscal
79	Com que periodicidade é avaliada a empresa de auditoria externa ? (Em número de anos: Anual=1, Bienal=2, etc)	1
80	Esta avaliação é submetida a apreciação pela AG ?	Não
	Sobre a política de comunicação de potenciais irregularidades:	
81	A sociedade tem definida uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade?	Não

	Seguro de Responsabilidade:	
85	Os membros do Órgão de Administração têm seguro de responsabilidade Civil ?	Sim
86	Qual o montante, em euros, das responsabilidades cobertas por esse seguro?	250.000
	Sobre o sistema de controlo interno para detecção de riscos:	
87	A sociedade tem um sistema de controlo interno para a detecção de riscos?	Sim
89	Existe uma unidade organica de auditoria interna?	Não
92	Existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos?	Não
	Código de Conduta:	
95	A sociedade tem código de conduta?	Não
	Gabinete de apoio ao investidor:	
99	A sociedade tem um gabinete de apoio ao investidor (ou outro serviço similar) ?	Sim
100	Qual o número de pessoas que integram o gabinete de apoio ao investidor?	1
101	Quantas pessoas, incluídas na resposta à alínea anterior, estão em regime de exclusividade nessas funções?	0
102	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2009 por residentes em Portugal?	4
103	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2009 por não residentes em Portugal?	0
	Sítio na Internet:	
104	Quanto tempo, em dias, demoram as actas das AG a ser disponibilizadas neste sítio?	1
105	O teor integral das deliberações de delegação de competências tomadas pelo CA é divulgado neste sítio?	Não
	Conselho de Administração	

106	Qual a duração estatutária dos mandatos no Órgão de Administração (em anos)?	4
107	Existe uma comissão responsável por assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos?	Não
	Quanto ao modelo de governo societário, tomando por referência 31/Dez/2009	
110	O CA tem Comissão Executiva?	Sim
111	Se sim, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
	Relativamente à composição do CA, tomando por referência 31/Dez/2009	
112	Qual o número total de membros?	3
113	Quantos são os membros não executivos?	0
114	Quantos são os membros não executivos independentes?	0
115	Quantos membros executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	2
116	Quantos membros não executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	0
117	Quantos membros executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	1
118	Quantos dos elementos indicados no ponto 115 igualmente foram indicados no ponto 117?	0
119	Quantos membros não executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	0
120	Quantos dos elementos indicados no ponto 116 igualmente foram indicados no ponto 119?	0
121	Qual a idade média, em anos, dos membros executivos do CA?	54,3
123	Há quantos anos, em média, os actuais membros executivos exercem funções no CA?	2
125	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2009, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2008?	0
126	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2009, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2003?	2

127	Há quantos anos o membro do órgão de administração responsável pelo pelouro financeiro exerce essas funções?	2
Relativamente a requisitos para participação e permanência no CA, tomando por referência 31/Dez/2009:		
128	Os estatutos estipulam idade máxima para pertencer ao CA?	Não
130	Os estatutos estipulam o número máxima de cargos dos órgãos de administração de empresas a que os seus membros podem pertencer ?	Não
134	Os membros não executivos independentes têm algum requisito específico adicional (além dos previstos no CSC) de independência ou incompatibilidade?	Não
Relativamente ao funcionamento do CA tomando por referência 31/Dez/2009:		
136	Dos membros não executivos, quantos exercem as suas funções a tempo inteiro?	0
137	Qual o número de reuniões do CA em 2009?	13
138	Qual a assiduidade global às reuniões realizadas do CA?	100,000%
140	Qual a assiduidade dos membros executivos às reuniões realizadas do CA?	100,000%
144	Qual o número de comissões (incluído a executiva) existentes no âmbito do CA e exclusivamente integradas por membros do CA?	1
145	Qual a designação de cada uma dessas comissões?	Executiva
146	Essas comissões têm regulamento interno?	Sim
147	Esses regulamentos são de acesso público?	Sim
148	Onde podem ser consultados?	No site www.lisgrafica.pt
Relativamente à ocupação dos membros do CA, tomando por referência 31/Dez/2009:		
149	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	0
150	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	1

151	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	0
152	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	3
154	Qual o número médio de sociedades fora do grupo em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	2
	Relativamente à comissão executiva, tomando por referência 31/Dez/2009:	
156	Qual o número total de membros da CE?	3
157	Quantos membros da CE são independentes face a quaisquer accionistas?	1
158	Quantos membros exercem as suas funções a tempo parcial ?	0
159	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
160	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
161	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
162	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
163	Qual a número de reuniões da CE em 2009?	48
164	Qual a assiduidade global às reuniões da CE?	90,000%
165	Qual a assiduidade dos membros a tempo parcial às reuniões da CE?	0
166	Qual a idade média dos membros da CE?	54,3
167	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2009, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2008?	0
168	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2009, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2003?	2
	Sobre o Presidente do CA, tomando por referência 31/Dez/2009:	

169	O Presidente do CA é também presidente da CE?	Sim
170	Em caso afirmativo, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
171	O presidente do CA exerce as suas funções a tempo inteiro?	Sim
172	Há requisitos específicos para se poder nomeado presidente do CA?	Não
	Sobre a remuneração dos membros do CA em 2009:	
174	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	271.700
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
175	Remuneração Fixa	271.700
176	Remuneração variavel	0
177	Prémio de desempenho	0
178	Outra	0
	Total 100%	100,000%
179	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100,
	Sobre a remuneração dos membros da CE em 2009:	
192	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	271.700
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
193	Remuneração Fixa	271.700
194	Remuneração Variável	0

195	Prémio de desempenho	0
196	Outra	0
	Total 100%	100,000%
197	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa ? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100,
202	Qual a responsabilidade total, em euros, de médio e longo prazo com referência a 31/Dez/2009	
	Desagregação dessa responsabilidade em euros:	
203	Benefícios de reforma, no âmbito de um plano de benefícios definido?	0
204	Outros benefícios de longo prazo?	0
205	Benefícios de cessação de emprego?	0
206	Pagamentos baseados em acções?	0
207	Outra	0
	Total 100%	
	Sobre a forma de fixação da remuneração:	
208	A remuneração dos membros do CA foi fixada directamente pela...	Comissão Vencimentos
209	A remuneração dos membros da CE foi fixada directamente pela AG, pela...	Comissão Vencimentos
	Existe comissão de vencimentos?	Sim
211	Quantos membros a integram?	2
212	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros do CA?	2
213	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros da CE?	2

214	Quantas vezes reuniu em 2009?	1
Órgão de Fiscalização		
Relativamente ao Conselho Fiscal, tomando por referência 31/Dez/2009:		
215	Qual o número total de membros que o compõem?	3
216	O presidente do Conselho Fiscal detém curso superior adequado às funções e conhecimentos em auditoria e contabilidade?	Sim
217	E quantos exercem as suas funções de forma exclusiva?	0
218	E quantos têm formação nas áreas financeira, contabilística ou de auditoria?	2
219	E quantos têm experiência de administração executiva na empresa ou em empresas da mesma área de negócio?	0
Relativamente às reuniões do Conselho Fiscal em 2009:		
220	Qual o número de reuniões?	6
221	Qual a assiduidade global a essas reuniões?	100,000%
222	Qual a assiduidade dos membros com dedicação exclusiva a essas reuniões?	N.A.
223	Qual a assiduidade dos membros sem dedicação exclusiva a essas reuniões?	100%
Revisor Oficial de Contas		
224	Há quantos anos a empresa tem o mesmo Revisor Oficial de Contas?	3
225	Há limites ao número de anos em que um Revisor Oficial de Contas poderá prestar serviços à sociedade?	Não
227	O Revisor Oficial de Contas já fez parte, no passado, do Conselho Fiscal?	Sim
Sobre outras comissões criadas no âmbito do Conselho de Administração, tomando por referência 31/Dez/2009:		
228	Existe uma comissão de avaliação? Caso afirmativo:	Não

236	Existe uma comissão de nomeações?	Não
244	Existe uma comissão de governo da sociedade?	Não
252	Existe uma comissão de estratégia e investimentos?	Não
260	Existe uma comissão de auditoria?	Não
268	Existem outras comissões?	Não

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

Em Fevereiro de 2008, a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. ("Rasográfica"), accionista único da Heska, adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, correspondendo a 8,5% do capital social e de direitos de voto desta.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificou-se a fusão, por incorporação, na Empresa da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska") mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008.

Em resultado destas operações a estrutura accionista da Empresa foi alterada, passando a Rasográfica a deter 50,99% do capital social da Lisgráfica (Nota 21).

Nos termos definidos no IFRS 3, na aplicação do método de compra, a Heska foi considerada a entidade adquirente e a Lisgráfica a entidade adquirida, ou seja, do ponto de vista contabilístico, o património da Lisgráfica foi incorporado na Heska ainda que as demonstrações financeiras consolidadas preparadas na sequência da fusão tenham sido emitidas sob o nome da Lisgráfica. Nestes termos e visando satisfazer os requisitos do IFRS 3, são apresentados com fins informativos, a demonstração do rendimento integral, a demonstração dos fluxos de caixa, e a demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, que compreendeu a actividade da Heska durante o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2008 e 30 de Abril de 2008 e a actividade da Empresa incorporada na Heska durante o período compreendido entre 2 de Maio de 2008 (data da fusão) e 31 de Dezembro de 2008. Consequentemente, aquelas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não são comparáveis com as referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 29 de Abril de 2009 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a qual, nos termos da legislação em vigor, poderá ainda proceder a alterações às mesmas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009 (de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e nos países sede de cada entidade incluída, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respectivamente, pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelo *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), que tenham sido adoptadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IAS/IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Em 1 de Janeiro de 2009, entrou em vigor a IFRS 8 – Segmentos operacionais. No entanto, a sua adopção nas políticas contabilísticas do Grupo não produz qualquer impacto, dado que não existem segmentos operacionais a reportar, em virtude da gestão operacional da actividade e a tomada de decisões estarem direccionadas para produtos, de idêntico processo produtivo e características económicas semelhantes. A revisão da IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras, em vigor também a partir daquela data, introduziu alterações de terminologia e na apresentação e divulgação da informação financeira, embora não tenha tido qualquer impacto sobre os resultados reportados pelo Grupo.

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas e interpretações, ainda não adoptadas pela Empresa:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<u>Novas normas e interpretações:</u>	
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09
<u>Revisões:</u>	
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09
<u>Emendas:</u>	
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. No

entendimento do Conselho de Administração, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, decorrentes da adopção das mesmas.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008 (Nota Introdutória), mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Ferramentas e utensílios	4 a 20
Equipamento administrativo	3 a 20
Outras immobilizações corpóreas	3 a 20

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Cientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “*cash-flows*” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.7.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos”.

2.7.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.7.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.7.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 22). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.7.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

2.8 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados da Empresa.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.10 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas, boletins e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

2.11 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral.

2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.15 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectaram as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Análises de imparidade do *goodwill*;
- Vidas úteis do activo tangível;
- Registos de ajustamentos para contas a receber;
- Direitos contratuais de clientes;
- Recuperação dos activos por impostos diferidos.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2009 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

No entanto, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a demonstração da posição financeira foi reexpressa pelas razões evidenciadas na Nota 21. Os efeitos da reexpressão passam a ser apresentados como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2008 (reexpresso)	31 de Dezembro de 2008	Variação
Capital	9.334.831	3.644.709	5.690.122
Reservas de reavaliação	2.798.025	2.798.025	-
Reserva legal	349.159	349.159	-
Outras reservas	12.656.464	18.346.586	(5.690.122)
Resultados transitados	(165.727)	(165.727)	-
Resultado consolidado líquido do exercício	(25.900.008)	(25.900.008)	-
	(927.256)	(927.256)	-

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são as seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva em	
		31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na Nota Introdutória, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, procedeu-se, do ponto de vista contabilístico, à fusão por incorporação na Empresa do património da Lisgráfica, tendo a Heska sido identificada como a entidade adquirente e a Lisgráfica como entidade adquirida. Consequentemente, a fusão foi registada, apresentada e divulgada nas demonstrações financeiras e respectivo anexo em 31 de Dezembro de 2008, considerando a incorporação do património da Lisgráfica na Heska.

Decorrente do registo da fusão foi considerada a emissão de instrumentos de capital como parte do custo de concentração das actividades empresariais. Os instrumentos de capital foram subscritos através da incorporação do justo valor do património da Lisgráfica, determinado por uma avaliação independente no montante de, aproximadamente, 22.694.000 Euros (Nota 13).

6. VENDAS POR PRODUTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as vendas detalham-se como segue:

	2009	2008
Revistas	17.237.038	18.081.939
Jornais e suplementos	7.558.015	5.885.544
Catálogos e folhetos	6.890.103	9.045.587
Listas	2.781.056	2.445.671
Outros	1.208.044	565.574
	<u>35.674.256</u>	<u>36.024.315</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

7. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aluguer de instalações (a)	583.829	409.313
Imputações de custos (b)	345.284	259.768
Reduções de provisões (Nota 24)	130.000	-
Ganhos em imobilizações corpóreas	45.308	360.571
Trabalhos para a própria empresa	-	136.073
Variação da produção (c)	(32.113)	(34.420)
Outros proveitos operacionais	300.356	285.830
	<u>1.372.664</u>	<u>1.417.135</u>

(a) Nesta rubrica são registados os sub-arrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(c) A variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Existências finais de produtos e trabalhos em curso (Nota 16)	153.556	185.669
Alterações no perímetro de consolidação	-	150.697
Existências iniciais de produtos e trabalhos em curso (Nota 16)	185.669	69.392
	<u>(32.113)</u>	<u>(34.420)</u>

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica foi determinada como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais (Nota 16)	-	1.599.536	1.599.536
Compras	-	13.338.490	13.338.490
Transferências	125.327	(125.327)	-
Existências finais (Nota 16)	-	(1.210.842)	(1.210.842)
	<u>125.327</u>	<u>13.601.857</u>	<u>13.727.184</u>
	2008		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	-	987.141	987.141
Efeito da fusão	69.709	1.029.281	1.098.990
Compras	-	14.300.574	14.300.574
Transferências	23.291	(23.291)	-
Existências finais (Nota 16)	-	(1.599.536)	(1.599.536)
	<u>93.000</u>	<u>14.694.169</u>	<u>14.787.169</u>

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica teve a seguinte composição:

	2009	2008
Subcontratos	824.307	1.481.679
Electricidade	1.889.203	1.581.184
Combustíveis	1.078.162	962.188
Rendas e alugueres (a)	3.784.997	2.731.458
Transportes de mercadorias	528.078	520.056
Conservação e reparação	815.384	861.348
Trabalhos especializados (b)	488.525	474.149
Outros	993.427	1.811.085
	<u>10.402.083</u>	<u>10.423.147</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui os montantes de 671.328 Euros e 447.552 Euros, respectivamente, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 29).

(b) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui o montante de 25.000 Euros, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 29).

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os custos com o pessoal foram como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Salários e outras remunerações	7.901.348	7.306.521
Encargos sobre remunerações	1.921.636	1.872.662
Outros	1.281.239	639.711
	<u>11.104.223</u>	<u>9.818.894</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 368 e 415 empregados, respectivamente. A variação entre anos resulta, essencialmente, da operação de fusão (Nota Introdutória).

Os outros custos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, respeitam, essencialmente, a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores da Empresa, derivados, essencialmente, do processo de fusão supra referido e respectivo plano de reestruturação que já foi implementado. Em 31 de Dezembro de 2009, não existe nenhum plano formal de redução de quadros de pessoal, nem ocorreu a sua divulgação, sendo entendimento do Conselho de Administração que não é necessário registar nenhuma provisão.

Em 31 de Dezembro de 2009, não existem quaisquer prémios a pagar aos empregados e colaboradores do Grupo relativos ao exercício findo naquela data.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	2.778.820	2.245.330
Descontos de pronto pagamento concedidos	30.320	33.632
Perdas em empresas do grupo	-	265.603
Outros custos financeiros (b)	483.607	365.706
	<u>3.292.747</u>	<u>2.910.271</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos (c)	587.201	250.601
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.224	8
Outros proveitos financeiros	7.658	252
	<u>599.083</u>	<u>250.861</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>2.693.664</u>	<u>2.659.410</u>

(a) Em 2009 e 2008, esta rubrica inclui os montantes de 531.835 Euros e 44.000 Euros, respectivamente, a serem debitados pela Gestprint (Nota 29).

(b) Em 2009, esta rubrica inclui, essencialmente, custos suportados com garantias bancárias, serviços bancários e comissões.

(c) Em 2009 e 2008, esta rubrica inclui os montantes de 556.128 Euros e 187.329 Euros, respectivamente, obtidos de entidades relacionadas (Nota 29).

12. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa de 12,5% até ao quantitativo da matéria colectável de 12.500 Euros, sendo que ao seu excedente se aplica uma taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009.

No exercício de 2006, a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e Imposto Municipal sobre Transmissões (“IMT”) referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 1.139.000 Euros, tendo solicitado a emissão de garantias bancárias no montante de 1.207.971 Euros (Nota 30). A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, tendo, inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direcção Geral dos Impostos a liquidação adicional, no montante de 248.900 Euros, referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Empresa não constituiu qualquer provisão para aqueles efeitos.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam aos montantes de, aproximadamente, 22.233.000 Euros e 15.355.674 Euros, respectivamente, os quais caducam conforme segue:

	2009	2008
2009	-	1.234.789
2010	565.532	565.532
2011	940.166	940.166
2012	4.517.499	4.517.499
2013	3.271.984	3.271.984
2014	6.060.493	6.060.493
2015	6.877.514	-
	<u>22.233.188</u>	<u>15.355.674</u>

Face à alteração da titularidade em mais de 50% do capital social, ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram solicitadas as devidas autorizações às autoridades competentes para utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, não tendo sido ainda obtida resposta.

Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos por impostos diferidos no montante de 1.617.627 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes e com mais-valias não tributadas, deduzidas da parte reinvestida, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência daquele montante, uma vez que, a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas

diferenças temporárias. Neste sentido, foram reconhecidos, no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, activos e passivos por impostos diferidos como segue:

Diferenças temporárias – movimentos nos impostos diferidos activos e passivos

31	de	Dezembro		de	2009:		
		Activos por impostos diferidos				Passivos por impostos diferidos	
		Prejuízos fiscais reportáveis	Mais-valias não tributadas			Direitos contratuais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		201.714	201.714	-	201.714		
Aumento (a)		1.786.391	-	1.786.391	1.786.391		
Redução		(370.478)	(39.885)	(330.593)	(370.478)		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		<u>1.617.627</u>	<u>161.829</u>	<u>1.455.798</u>	<u>1.617.627</u>		

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, os impostos diferidos activos e passivos encontravam-se registados pelo valor líquido. Em 2009 foi decido reflectir nas demonstrações financeiras o seu impacto do imposto gerado relativo ao justo valor dos contratos registado em activos intangíveis.

Adicionalmente, o imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 inclui a estimativa de imposto no montante de 229.917 Euros (Nota 28).

31 de Dezembro de 2008:

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais-valias não Tributadas
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	89.517	-
Efeito da fusão	268.307	268.307
Redução	(156.110)	(66.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>201.714</u>	<u>201.714</u>

Adicionalmente, o imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 inclui a estimativa de imposto no montante de 248.106 Euros (Nota 28).

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) Goodwill

No decurso da concentração de actividades empresariais decorrentes do processo de fusão ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi determinado que o custo dessa concentração ascendia a 22.694.000 Euros (Nota 5) e mensurado como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

<i>Goodwill</i>	17.628.753
Direitos contratuais	8.984.959
Situação patrimonial em 2 de Maio de 2008	(3.919.712)
Justo valor do património da Lisgráfica	<u>22.694.000</u>

No cumprimento das disposições do IFRS 3, a Empresa procedeu à mensuração do justo valor dos activos e passivos incorporados por fusão, tendo determinado um valor de 8.984.959 Euros relativo a direitos contratuais de impressão.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu à análise da imparidade do *goodwill* gerado na fusão com base nos planos de negócio/projecções financeiras, preparados pelo Conselho de Administração. Considerando os resultados negativos apresentados pela Empresa nos últimos exercícios, bem como a falta de perspectivas de resultados futuros positivos suficientes que permitam recuperar o *goodwill* originado na fusão, o mesmo foi integralmente ajustado por contrapartida do rendimento integral do exercício (Nota 24).

- b) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos outros activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2009:

Direito contratuais (i)	<u>11.790.149</u>
Amortizações acumuladas	
Saldo inicial	(1.503.397)
Reforços	<u>(2.206.354)</u>
Saldo final	<u>(3.709.751)</u>
Direitos contratuais, líquidos	<u>8.080.398</u>

- (i) Esta rubrica inclui direitos contratuais no montante de 8.984.959 Euros determinados no decurso do processo de fusão e direitos contratuais adquiridos no montante de 2.805.190 Euros, correspondentes ao justo valor de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022 (Nota 25).

31 de Dezembro de 2008:

Aquisições (i)	2.805.190
Justo valor da concentração (ii)	<u>8.984.959</u>
	11.790.149
Amortizações	<u>(1.503.397)</u>
	<u>10.286.752</u>

- (i) Esta rubrica corresponde ao justo valor de aquisição de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros, que será liquidado em prestações mensais e constantes de 25.000 Euros, até Outubro de 2022 (Nota 25).

- (ii) Esta rubrica corresponde ao justo valor de contratos de impressão quando do registo da fusão.

Os direitos contratuais de impressão estão a ser amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período dos respectivos contratos.

14. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)31 de Dezembro de 2009:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	975.835	116.312.004	1.675.569	108.553	1.495.091	786.852	567.155	121.921.059
Aquisições	-	6.488	54.767	-	168.242	-	-	229.497
Alienações e abates	-	(569.750)	(72.147)	-	(5.082)	-	-	(646.979)
Transferências	-	64.780	-	-	371.010	-	(435.790)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>975.835</u>	<u>115.813.522</u>	<u>1.658.189</u>	<u>108.553</u>	<u>2.029.261</u>	<u>786.852</u>	<u>131.365</u>	<u>121.503.577</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(484.819)	(85.685.680)	(1.257.555)	(100.230)	(1.266.212)	(327.958)	-	(89.122.454)
Reforços	(71.828)	(4.738.201)	(163.319)	(2.304)	(61.408)	(13.819)	-	(5.050.879)
Alienações e abates	-	523.688	59.519	-	4.663	-	-	587.870
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>(556.647)</u>	<u>(89.900.193)</u>	<u>(1.361.355)</u>	<u>(102.534)</u>	<u>(1.322.957)</u>	<u>(341.777)</u>	<u>-</u>	<u>(93.585.463)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	<u>419.188</u>	<u>25.913.329</u>	<u>296.834</u>	<u>6.019</u>	<u>706.304</u>	<u>445.075</u>	<u>131.365</u>	<u>27.918.114</u>

31 de Dezembro de 2008:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	124.111	17.010.479	879.071	51.265	357.683	-	61.137	18.483.746
Aquisições	338.845	669.091	68.661	-	24.586	8.249	300.506	1.409.938
Efeito da fusão	512.879	97.875.350	1.319.707	57.288	1.172.420	778.603	8.764.601	110.480.848
Alienações e abates	-	(7.802.005)	(591.870)	-	(59.598)	-	-	(8.453.473)
Transferências	-	8.559.089	-	-	-	-	(8.559.089)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>975.835</u>	<u>116.312.004</u>	<u>1.675.569</u>	<u>108.553</u>	<u>1.495.091</u>	<u>786.852</u>	<u>567.155</u>	<u>121.921.059</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(45.574)	(15.916.155)	(648.828)	(41.477)	(315.887)	-	-	(16.967.921)
Reforços	(14.562)	(3.711.718)	(169.435)	(3.127)	(40.580)	(15.561)	-	(3.954.983)
Efeito da fusão	(424.683)	(73.816.089)	(1.031.163)	(55.626)	(947.614)	(312.397)	-	(76.587.572)
Alienações e abates	-	7.758.282	591.871	-	37.869	-	-	8.388.022
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>(484.819)</u>	<u>(85.685.680)</u>	<u>(1.257.555)</u>	<u>(100.230)</u>	<u>(1.266.212)</u>	<u>(327.958)</u>	<u>-</u>	<u>(89.122.454)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2008	<u>491.016</u>	<u>30.626.324</u>	<u>418.014</u>	<u>8.323</u>	<u>228.879</u>	<u>458.894</u>	<u>567.155</u>	<u>32.798.605</u>

A diminuição da rubrica “Equipamento Básico” corresponde, essencialmente, à alienação da máquina Heidy Speedmaster por 60.000 Euros e da enfardadeira por 22.500 Euros, traduzindo-se em mais-valias nos montantes de 14.000 Euros e 22.500 Euros, respectivamente.

As transferências ocorridas na rubrica “Imobilizações em curso” correspondem, essencialmente, à conclusão da instalação de um sistema de agravo para a máquina Rotativa 10 e de um novo sistema informático.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2009		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	29.600.236	(15.498.366)	14.101.870
Equipamento de transporte	626.308	(467.988)	158.320
	<u>30.226.544</u>	<u>(15.966.354)</u>	<u>14.260.190</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2008		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	31.408.230	(14.862.403)	16.545.827
Equipamento de transporte	683.383	(415.376)	268.007
	<u>32.091.613</u>	<u>(15.277.779)</u>	<u>16.813.834</u>

Conforme indicado na Nota 2.6, o Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Para além dos bens em regime de locação financeira e os referidos na Nota 30, não existem restrições à titularidade de activos tangíveis.

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008		
	Valor nominal	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Rasográfica (Nota 29)	9.749.642	8.503.260	-	8.503.260
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint") (Nota 29)	2.805.544	2.424.322	-	2.424.322
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, S.A. ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	-	-
Depósitos a prazo (b)	110.762	152.672	-	152.672
Titulos e outras aplicações financeiras	-	99.760	(99.760)	-
	<u>14.246.171</u>	<u>11.180.014</u>	<u>(99.760)</u>	<u>11.080.254</u>

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2009, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 22).

16. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009			2008		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (Nota 8)	1.210.842	(169.621)	1.041.221	1.599.536	(213.599)	1.385.937
Produtos e trabalhos em curso (Nota 8)	153.556	-	153.556	185.669	-	185.669
	<u>1.364.398</u>	<u>(169.621)</u>	<u>1.194.777</u>	<u>1.785.205</u>	<u>(213.599)</u>	<u>1.571.606</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo não possui inventários dados como garantia pelo cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009			2008		
	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Clientes	18.823.124	(3.698.198)	15.124.926	17.504.251	(3.518.424)	13.985.827

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009			2008		
	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Devedores diversos	905.615	(43.315)	862.300	3.934.353	(645.903)	3.288.450
Rasográfica	636.875	-	636.875	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	513.393	-	513.393	601.262	-	601.262
Adiantamentos a fornecedores	48.106	-	48.106	92.469	-	92.469
	2.103.989	(43.315)	2.060.674	4.628.084	(645.903)	3.982.181

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	2009	2008
Numerário	1.113	6.349
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	343.065	679.890
	344.178	686.239
Descobertos bancários (Nota 22)	(17.690.153)	(3.408.364)
	(17.345.975)	(2.722.125)

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

20. ACTIVOS DISPONIVEIS PARA VENDA

Esta rubrica corresponde a 5.482 acções do Banco Espírito Santo, S.A. registadas ao custo de aquisição e a uma quota no montante de 2.000 Euros da Flat Field – Marketing e Promoções, Lda. também registada ao custo de aquisição.

21. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital social da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.607	50,99%
Gesprint	73.558.468	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.545	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

A rubrica Capital corresponde ao capital social da Lisgráfica, no montante de 9.334.831 Euros, apesar da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas estar baseada no princípio da fusão invertida, ou seja, como se tivesse sido a Heska a incorporar a Lisgráfica, tal como se encontra referido na Nota Introdutória deste Anexo, dada a substância económica da fusão, pela predominância, quer no capital quer na gestão, dos accionistas da Heska. Face a esta realidade, houve necessidade de reexpressar as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2008, dado que o “Capital social” apresentado então foi o da Heska. Esta situação foi reapreciada no presente exercício, inclusive por consulta a casos similares, e procedeu-se à reexpressão do Capital social em 31 de Dezembro de 2008, por contrapartida de Outras reservas, sem que, em consequência, o Capital próprio em 31 de Dezembro de 2008 tenha sofrido qualquer alteração de valor (Nota 3).

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta, da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

22. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009		2008	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	13.689.826	4.086.255	7.204.403	6.308.404
Outros empréstimos (b)	143.691	694.508	2.091.144	4.826.354
Descobertos bancários (c)	17.690.153	-	3.408.364	-
Factoring (d)	5.137.936	-	7.391.068	-
Letras descontadas (e)	2.035.028	-	2.667.331	-
Cheques pré-datados (f)	913.533	-	692.075	-
Livranças (g)	1.000.000	-	-	-
	<u>40.610.167</u>	<u>4.780.763</u>	<u>23.454.385</u>	<u>11.134.758</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2009		2008	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (i)	2.625.556	-	617.778	2.007.778
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (ii)	1.098.557	-	-	1.098.557
Banco Português do Investimento, S.A. ("BPI") (iii)	52.069	-	125.004	52.069
BCP (iv)	2.650.000	-	-	2.650.000
BCP (v)	500.000	-	-	500.000
Barclays Bank, S.A. (vi)	124.998	870.002	1.000.000	-
CGD (vii)	2.312.500	-	-	-
BES (viii)	420.400	-	496.240	-
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (ix)	1.522	-	65.806	-
Banif (x)	231.098	2.178.902	-	-
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN") (xi)	187.500	46.875	-	-
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (xii)	62.500	187.500	-	-
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (xiii)	142.857	357.143	450.000	-
Banif (xiv)	4.167	445.833	450.000	-
Contas correntes caucionadas (xv)	3.276.102	-	3.999.575	-
	<u>13.689.826</u>	<u>4.086.255</u>	<u>7.204.403</u>	<u>6.308.404</u>

- (i) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 2.780.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais de 51.481 Euros, com início em 19 de Setembro de 2008 e término em 19 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.625.556 Euros, do qual o montante de 205.926 Euros se encontra em mora face ao plano de reembolso contratado. Em virtude do contrato de financiamento não está a ser cumprido, o Banco poderá considerar o seu vencimento antecipado, tendo a totalidade do saldo sido classificado no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,5%.
- (ii) Empréstimo correspondente a duas linhas conta-corrente caucionada com o BES, sem plano de amortização contratado, no valor de 1.098.557 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 598.557 Euros – taxa de referência: Euribor a 3 meses, acrescida de 3%;
 - Linha de 500.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
- Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants”, relacionados, essencialmente, com rácios (autonomia financeira e cobertura do serviço da dívida) os quais não estão a ser cumpridos, pelo que o Banco poderá considerar o financiamento vencido, tendo o mesmo sido classificado no curto prazo.
- (iii) Financiamento concedido pelo BPI, no montante inicial de 500.000 Euros, amortizável em 48 prestações mensais, sendo as primeiras 47 no montante de 10.417 Euros e a última no montante de 10.401 Euros, com início em 1 de Junho de 2006 e término em 1 de Maio de 2010. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 52.069 Euros.

- (iv) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital de um ano. Após esse período, o capital será amortizável em 168 prestações mensais com início a 15 de Novembro 2009 e termino em 15 de Novembro 2023, que a Empresa não se encontra a cumprir. Consequentemente, o Banco poderá considerar o financiamento integralmente vencido, pelo que a totalidade do saldo em dívida foi registado no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (v) Financiamento concedido pelo BCP, em 12 de Dezembro de 2008, no montante de 500.000 Euros, vencido em 12 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Após esse período, o capital será amortizável em 48 prestações mensais com início em 24 de Julho de 2010 e término em 24 de Junho de 2014. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 995.000 Euros, do qual 870.002 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%.
- (vii) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante de 2.375.000 Euros. O capital será amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.312.500 Euros, do qual 312.500 Euros se encontra em mora, face ao plano de reembolso contratado. Consequentemente, o contrato de financiamento não está a ser cumprido, pelo que o Banco poderá considerar o financiamento vencido, tendo a totalidade do saldo em dívida sido classificada no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BES, no montante de 420.400 Euros, que se vence em 15 de Fevereiro de 2010 (270.400 Euros) e 29 de Março de 2010 (150.000 Euros). Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 1,625%.
- (ix) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 180.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais, com início em 22 de Outubro de 2006 e término em 22 de Setembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 1.522 Euros.
- (x) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O capital será amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.410.000 Euros, do qual 2.178.902 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (xi) Financiamento concedido pelo BPN, no montante inicial de 250.000 Euros, com carência de capital de seis meses. Após esse período, o capital será amortizável em 16 prestações mensais com início em 15 de Dezembro de 2009 e término em 15 de Março de 2011. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 234.375 Euros, do qual 46.875 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,75%.
- (xii) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 250.000 Euros, do qual 187.500 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

- (xiii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 500.000 Euros, do qual 357.143 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 450.000 Euros, do qual 445.833 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xv) As contas correntes caucionadas respeitam a linhas de crédito concedidas, essencialmente, pelo BCP, vencendo juros a taxas correntes de mercado para as operações similares e são exigíveis no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2009	-	7.204.403
2010	13.689.826	669.847
2011	969.229	617.778
2012	922.354	617.778
2013	788.427	343.730
2014	566.182	189.286
2015 e seguintes	840.063	3.869.985
	<u>17.776.081</u>	<u>13.512.807</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária de 443.048 Euros (Nota 30). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo no montante de 110.762 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Entre Julho de 2009 e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor em dívida ascendia a 838.199 euros do qual 694.508 Euros se vence a médio e longo prazo.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os descobertos bancários são facilidades concedidas, essencialmente, pelo BCP, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 913.533 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha contratada as duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com plafond de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2%;
 - BCP, com plafond de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,375%.
- (g) O saldo desta rubrica corresponde a um financiamento sob formato de livrança, contratada junto do BCP, para apoio de tesouraria e emitida em Setembro de 2009, que vence juros a taxa normais de mercado para operações similares.

23. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009		2008	
	Passivos correntes (a)	Passivos não correntes (a)	Passivos correntes (b)	Passivos não correntes (b)
Credores por locações financeiras (a)	6.187.676	1.262.066	3.917.741	3.462.126

- (a) Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha contas a pagar às locadoras no montante de 13.391.765 Euros, do qual 7.204.089 Euros classificado em médio e longo prazo, deduzido de adiantamentos pagos por conta, no montante de 5.942.023 Euros. Estes montantes vencem-se como se segue:

2010 (i)	6.187.676
2011	789.926
2012	778.752
2013	796.748
2014	795.074
2015 e seguintes	4.043.589
Adiantamentos (ii)	7.204.089
Total médio e longo prazo	(5.942.023)
Total	1.262.066
	7.449.742

- (i) Esta rubrica inclui contas a pagar às locadoras no montante de, aproximadamente, 3.711.000 Euros, que, de acordo com os planos de reembolso iniciais, seriam exigíveis em exercícios subsequentes. Em 31 de Dezembro de 2009, este montante foi classificado como exigível a curto prazo, uma vez que existem determinadas situações contratuais com aquelas locadoras que não estão a ser cumpridas.
- (ii) A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu a pagamentos à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 29). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha contas a pagar às locadoras no montante de 13.321.890 Euros, do qual 9.404.149 Euros classificado em médio e longo prazo, deduzido de adiantamentos pagos por conta, no montante de 5.942.023 Euros. Estes montantes vencem-se como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

2009	3.917.741
2010	<u>2.224.425</u>
2011	779.666
2012	766.140
2013	795.074
2014 e seguintes	<u>4.838.844</u>
	9.404.149
Adiantamentos (i)	<u>(5.942.023)</u>
	3.462.126
Total médio e longo prazo	<u><u>7.379.867</u></u>

(i) A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamentos de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu a pagamentos à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 29). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Empresa reconheceu perdas de imparidade e provisões conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Existências	-	213.599
Clientes e contas a receber	482.491	732.148
Outros activos correntes	-	<u>467.712</u>
	<u>482.491</u>	1.413.459
Provisões	-	200.000
<i>Goodwill</i> (Nota 13)	-	17.628.753
	<u><u>482.491</u></u>	<u><u>19.242.212</u></u>

Provisões:

O movimento ocorrido na rubrica de provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é conforme segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Saldo inicial	310.034	-
Reforços	-	200.000
Reduções (Nota 7)	(130.000)	-
Efeito da fusão	-	152.201
Utilizações	(51.661)	(42.167)
Saldo final	<u>128.373</u>	<u>310.034</u>

O reforço ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi registado para fazer face a contingências relacionadas com processos laborais determinado com base em informação disponibilizada por um dos advogados da Empresa, no montante de 70.000 Euros. Foi ainda constituída uma provisão para fazer face a eventuais contingências em sede de IMT, no montante de 130.000 Euros.

A redução ocorrida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, está relacionada com uma provisão constituída em 2008 para contingências relativas ao processo fiscal em curso, em sede de IMT, que, no entendimento dos advogados da Empresa, decorrente das últimas diligências, o risco de materialização é reduzido.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a utilização verificada no montante das provisões corresponde à utilização para fazer face a responsabilidades relacionadas com a actividade operacional da Empresa.

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 diz respeito, essencialmente, a responsabilidades decorrentes de rescisão de contratos de trabalho.

Perdas de imparidade:

O movimento nas perdas por imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é conforme segue:

	Outros activos não correntes (Nota 15)	Existências (Nota 16)	Clientes e contas a receber (Nota 17)	Outros activos correntes (Nota 18)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	1.165.050	-	1.165.050
Aumentos	-	213.599	732.148	467.712	1.413.459
Efeito fusão	99.760	-	1.627.492	1.035.439	2.762.691
Utilizações	-	-	(6.266)	(857.248)	(863.514)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>99.760</u>	<u>213.599</u>	<u>3.518.424</u>	<u>645.903</u>	<u>4.477.686</u>
Aumentos	-	-	482.491	-	482.491
Reduções	-	(43.978)	(28.328)	-	(72.306)
Utilizações	(99.760)	-	(274.389)	(602.588)	(976.737)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>169.621</u>	<u>3.698.198</u>	<u>43.315</u>	<u>3.911.134</u>

A diminuição nos ajustamentos em “Outros activos correntes” em 2009 e 2008, está relacionada com a utilização dos ajustamentos de outros devedores constituídos em exercícios anteriores, nos montantes de 602.588 Euros e 857.248 Euros, respectivamente, que a Empresa considerou que a sua recuperação se encontrava perdida.

As perdas de imparidade estão deduzidas aos valores dos activos.

25. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009			
	2011	2012	2013 e seguintes	Total
Francisco Batista	31.250	-	-	31.250
Contrato de impressão (Nota 13)	151.104	160.548	2.231.681	2.543.333
	<u>182.354</u>	<u>160.548</u>	<u>2.231.681</u>	<u>2.574.583</u>

	2008			
	2010	2011	2012 e seguintes	Total
Francisco Batista	375.000	31.250	-	406.250
Contrato de impressão (Nota 13)	142.215	151.104	2.367.229	2.660.548
	<u>517.215</u>	<u>182.354</u>	<u>2.367.229</u>	<u>3.066.798</u>

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009		2008	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	13.472.481	659.883	15.413.657	765.448
Fornecedores, títulos a pagar	750.645	-	2.607.662	-
Fornecedores de imobilizado	199.842	-	951.394	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	42.431	-	179.377	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	200.000	-	670.104	-
Contas a pagar:				
<i>Rappel</i> a liquidar	476.704	-	507.944	-
Remunerações a liquidar	1.058.314	-	1.228.114	-
Juros a liquidar (a)	1.424.495	-	710.376	-
Fornecimentos e serviços externos	292.234	-	458.207	-
Outros custos e perdas	13.611	-	108.355	-
	<u>17.930.757</u>	<u>659.883</u>	<u>22.835.190</u>	<u>765.448</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui os montantes de 569.250 Euros e 44.000 Euros, respectivamente, a pagar a entidades relacionadas (Nota 29).

27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Adiantamentos de clientes	6.881	42.559
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	487.632	227.700
Outros	311.428	479.252
Proveitos diferidos (a)	604.788	666.242
	<u>1.410.729</u>	<u>1.415.753</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de proveitos tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Francisco Batista	375.000	375.000
Subsídios ao investimento	229.778	291.242
	<u>604.778</u>	<u>666.242</u>

28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activos correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Activos correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
IRC (a)	294.142	(229.917)	-	262.142	(178.110)	-
IVA	13.005	(166.477)	-	24.489	(154.543)	-
Contribuições para a Segurança Social	-	(385.396)	-	-	(384.308)	-
IRS	-	(123.179)	-	-	(159.521)	-
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(615.164)	(2.821.189)	-	(1.021.069)	(3.360.508)
Outros	-	(8.535)	-	-	(20.751)	-
	<u>307.147</u>	<u>(1.528.668)</u>	<u>(2.821.189)</u>	<u>286.631</u>	<u>(1.918.302)</u>	<u>(3.360.508)</u>

(a) Os saldos credores de IRC apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Estimativa do imposto (Nota 12)	(229.917)	(248.106)
Retenções efectuadas por terceiros	-	69.996
	<u>(229.917)</u>	<u>(178.110)</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos devedores de IRC englobam pagamentos especiais por conta nos montantes de 294.142 Euros e 262.142 Euros, respectivamente.

(b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, nos montantes, de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 30). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, venciam-se, conforme segue:

2010	<u>615.164</u>
2011	349.091
2012	406.372
2013	406.372
2014	406.372
2015 e seguintes	<u>1.252.982</u>
Total médio e longo prazo	<u><u>2.821.189</u></u> <u><u>3.436.353</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, venciam-se, conforme segue:

2009	<u>1.021.069</u>
2010	697.630
2011	392.463
2012	392.463
2013	392.463
2014 e seguintes	<u>1.485.489</u>
Total médio e longo prazo	<u><u>3.360.508</u></u> <u><u>4.381.577</u></u>

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

	31 de Dezembro de 2009					
	Saldos			Transacções		
	Outros activos não correntes (Notas 15 e 18)	Credores por locação financeira (Nota 23)	Acrêscimos de custos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 9 e 33)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Rasográfica (a)	10.386.517	-	-	671.328	-	277.500
Gestprint (b)	2.805.544	(1.986.050)	(569.250)	-	531.835	278.628
	<u>13.192.061</u>	<u>(1.986.050)</u>	<u>(569.250)</u>	<u>671.328</u>	<u>531.835</u>	<u>556.128</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tem contas a receber da Rasográfica, no montante de 10.386.517 Euros, conforme segue:

- 1.497.300 Euros, titulado por uma letra descontada numa instituição financeira, não vencendo juros e com prazo de vencimento de 149.730 Euros a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

a Empresa recebeu, aproximadamente, 43.000 Euros decorrente de reformas de letras sacadas anteriormente;

- 1.405.000 Euros, corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio e longo prazo e vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica;
- 5.558.260 Euros que vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado entre Julho de 2010 e Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais, conforme acordado com o accionista;
- 1.748.917 Euros, que será reembolsado de acordo com o plano anteriormente referido, do qual 1.386.157 Euros corresponde a pagamentos efectuados em 2009, 85.260 Euros referente a juros do exercício de 2008, debitados em 2009 e 277.500 Euros referente aos juros de 2009. Destes montantes, 1.417.417 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica;

Adicionalmente, a Gestigráfica tem uma conta a receber da Rasográfica no montante de 177.070 Euros que foi classificada a médio e longo prazo, em virtude de não ter um plano de reembolso definido, nem vencer juros.

O montante de 671.328 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 9). A rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

- (b) Em 31 de Dezembro de 2009, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.805.544 Euros (este montante inclui 380.697 Euros de juros facturados em 2009 e registados nos exercícios de 2009 e 2008), encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso, pelo que foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão, tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato no montante de 5.942.023 Euros (Nota 23). Destas contas a receber, no montante de 8.468.414 Euros vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa. Adicionalmente a rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

	31 de Dezembro de 2008						
	Saldos				Transacções		
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Acréscimos de proveitos (Nota 18)	Credores por locação financeira (Nota 23)	Acréscimos de custos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 9 e 33)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Rasográfica (a)	8.503.260	102.069	-	-	447.552	-	102.069
Gestprint (b)	2.424.322	85.260	(1.986.050)	(44.000)	25.000	44.000	85.260
	<u>10.927.582</u>	<u>187.329</u>	<u>(1.986.050)</u>	<u>(44.000)</u>	<u>472.552</u>	<u>44.000</u>	<u>187.329</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, a Lisgráfica tem contas a receber da Rasográfica, no montante, de 8.503.260 Euros, do qual 1.540.000 Euros titulado por uma letra descontada numa instituição financeira e 1.405.000 Euros decorre de cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica. O saldo remanescente de 5.558.260 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado entre Julho de 2010 e Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais. Os 447.552 Euros correspondem a rendas das instalações de Campo Raso. A rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

- (b) Em 31 de Dezembro de 2008, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.424.322 Euros, que

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

vence juros à taxa média de financiamento da Empresa, encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso pelo que foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão (Nota 23), tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato de 5.942.023 Euros, e suportado juros no montante de 44.000 Euros. A transacção realizada com a Gestprint de 25.000 Euros, corresponde a “*fees*” de gestão do exercício de 2008, debitados por aquela entidade. Adicionalmente a rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação (Nota 4).

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em acções aos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, a Empresa pagou indemnizações de 105.700 Euros e 78.925 Euros, respectivamente, por rescisão amigável dos respectivos contratos de trabalho como funcionários da Empresa, a elementos que também desempenharam, transitariamente, função de Administradores.

30. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 7.618.215 Euros, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.397.244	3.397.244
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros (b)	-	2.795.456
Direcção Geral de Impostos (a)	1.648.394	1.648.394
Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971	1.207.971
EDP Serviço Universal (d)	845.839	180.767
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação ("IAPMEI") (e)	443.048	610.688
Fundação Inatel (f)	44.738	-
Câmara Municipal de Porto (f)	9.606	-
Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. (f)	8.500	-
Câmara Municipal de Almada (f)	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (f)	2.821	-
Câmara Municipal de Mafra (f)	2.734	-
	<u>7.618.215</u>	<u>9.847.840</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 28).

(b) Garantia prestada no âmbito do aluguer das instalações da Empresa com término em 2009.

(c) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 12).

(d) Garantia prestada no âmbito do contrato de fornecimento de electricidade.

(e) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 22).

(f) Garantias prestada a clientes no âmbito de acordos comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respectivos limites:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos bancários	1.500.000	1.500.000
Loações financeiras	3.870.403	3.870.403
Fornecedores	270.767	270.767
Estado e outros entes públicos	<u>3.000.000</u>	<u>3.000.000</u>
	<u><u>8.641.170</u></u>	<u><u>8.641.170</u></u>

31. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi de 0,0517 e 0,1388, respectivamente.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(9.655.521)</u>	<u>(25.900.008)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.213)	(52.213)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (a)	<u>186.644.407</u>	<u>186.644.407</u>
<u>Resultado por acção:</u>		
Básico	(0,0517)	(0,1388)
Diluído	(0,0517)	(0,1388)

(a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica deduzido de 52.213 acções próprias.

32. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Lisgráfica de 268.217 Euros e 319.178 Euros, tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 24.000 e 25.000 Euros, respectivamente.

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOSLoações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009

e 2008, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>3.784.997</u>	<u>2.731.458</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2010	<u>3.660.386</u>
2011	3.627.452
2012	3.595.064
2013	2.923.736
2014	2.923.736
2015 e seguintes	<u>11.694.944</u>
	<u>28.425.318</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2009	<u>1.908.247</u>
2010	1.853.125
2011	1.812.727
2012	1.800.000
2013	1.800.000
2014 e seguintes	<u>8.196.774</u>
	<u>17.370.873</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades do Grupo provenientes de contratos de locação operacional com vencimento superior a 5 anos, ascendiam a 11.694.944 Euros e 8.196.774 Euros, respectivamente.

Adicionalmente em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa suportou custos anuais no montante de, 671.328 Euros e 447.552 Euros, respectivamente, referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cujo término ocorre em finais de 2012 (Nota 29).

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo gere o seu capital para assegurar que as empresas que o compõem prosseguem as suas operações numa óptica de continuidade. Neste contexto, o Grupo analisa periodicamente, para todas as empresas que dele fazem parte, a sua estrutura de capital (próprio e alheio) e maturidade da dívida, procedendo ao respectivo financiamento sempre que necessário.

A estrutura de capital do Grupo afecta às suas operações, inclui os empréstimos divulgados na Nota 22, caixa e equivalentes e o capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa-mãe.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Activos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	<u>31.738.918</u>	<u>29.334.893</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	27.700.777	31.180.779
Locações financeiras (Nota 23)	7.449.742	7.379.867
Caixa e seus equivalentes (Nota 19)	17.345.975	2.722.125
Contas a pagar a terceiros	<u>26.925.809</u>	<u>33.361.999</u>
	<u>79.422.303</u>	<u>74.644.770</u>

O Grupo encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos:

(a) Risco de mercado:

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro, os quais estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral consolidado daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído em, aproximadamente, 262.000 Euros.

(b) Risco de crédito:

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações da Empresa. Para reduzir o risco de crédito, a Lisgráfica tem definidas políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objectivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- o histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- acordos de pagamento existentes;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 24.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente reflectidas nas demonstrações financeiras, não existindo necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos, conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis.

Saldos Vencidos	2009	2008
Até 150 dias	5.015.783	6.560.537
A mais de 150 dias (i)	7.862.115	1.246.939
	12.877.898	7.807.476

- (i) Esta rubrica inclui o montante de 2.805.544 Euros a receber da Gestprint que não vence juros e não tem prazo de reembolso definido. Adicionalmente, inclui ainda uma conta a receber da Rasográfica por parte da Gestigráfica, no montante de 177.070 Euros, que foi classificada a médio e longo prazo em virtude de não ter um plano de reembolso definido, nem vencer juros.

Adicionalmente a Empresa tem contas a receber da Rasográfica, no montante de 10.386.517 Euros, do qual 1.497.300 Euros se encontra titulado por uma letra descontadas numa instituição financeira, 1.405.000 Euros decorre de cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica e outros montantes de 1.748.917 Euros. Deste montante, 636.875 Euros foi registado a curto prazo e 9.749.642 Euros a médio e longo prazo, de acordo com o plano de reembolso definido com o accionista.

Existe ainda um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio no montante de, aproximadamente, 1.580.000 Euros.

(c) Risco de liquidez:

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados, face à pressão exercida pelos recebimentos operacionais. Os passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 vencem-se como segue:

O Técnico Oficial de Contas:

Manuel Ramos Gaspar

O Conselho de Administração:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	6	35 674 256	36 024 315
Outros proveitos operacionais	7	1 372 664	1 417 135
Total de proveitos operacionais		<u>37 046 920</u>	<u>37 441 450</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo das mercadorias vendidas	8	(13 727 184)	(14 787 169)
Fornecimentos e serviços externos	9	(10 402 083)	(10 423 147)
Custos com o pessoal	10	(11 104 223)	(9 818 894)
Amortizações	13 e 14	(7 257 233)	(5 458 380)
Provisões e perdas por imparidade	24	(482 491)	(19 242 212)
Outros custos operacionais		(805 646)	(614 623)
Total de custos operacionais		<u>(43 778 860)</u>	<u>(60 344 425)</u>
Resultados operacionais		<u>(6 731 940)</u>	<u>(22 902 975)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(2 693 664)	(2 659 410)
Resultados antes de impostos		<u>(9 425 604)</u>	<u>(25 562 385)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(229 917)	(337 623)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(9 655 521)</u>	<u>(25 900 008)</u>
Rendimento integral		<u>(9 655 521)</u>	<u>(25 900 008)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(9 655 521)</u>	<u>(25 900 008)</u>
Resultado por acção:			
Básico	31	(0.0517)	(0.1388)
Diluído	31	(0.0517)	(0.1388)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009	2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	13	8 080 398	10 286 752
Activos fixos tangíveis	14	27 918 114	32 798 605
Investimentos financeiros		-	2 000
Activos por impostos diferidos	12	1 617 627	201 714
Outros activos não correntes	15	14 246 171	11 080 254
Activos disponíveis para venda	20	35 692	33 692
Total de activos não correntes		<u>51 898 002</u>	<u>54 403 017</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	16	1 194 777	1 571 606
Clientes e contas a receber	17	15 124 926	13 985 827
Outros activos correntes	18	2 060 674	3 982 181
Estado e outros entes públicos	28	307 147	286 631
Caixa e equivalentes de caixa	19	344 178	686 239
Total de activos correntes		<u>19 031 702</u>	<u>20 512 484</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>70 929 704</u>	<u>74 915 501</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	21	9 334 831	9 334 831
Reservas	21	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(26 065 735)	(165 727)
Resultado consolidado líquido do exercício		(9 655 521)	(25 900 008)
Total do capital próprio		<u>(10 582 777)</u>	<u>(927 256)</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	22	4 780 763	11 134 758
Locações financeiras	23	1 262 066	3 462 126
Provisões	24	128 373	310 034
Outros passivos não correntes	25	2 574 583	3 066 798
Fornecedores e contas a pagar	26	659 883	765 448
Estado e outros entes públicos	28	2 821 189	3 360 508
Passivos por impostos diferidos	12	1 617 627	201 714
Total de passivos não correntes		<u>13 844 484</u>	<u>22 301 386</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	22	40 610 167	23 454 385
Locações financeiras	23	6 187 676	3 917 741
Fornecedores e contas a pagar	26	17 930 757	22 835 190
Outros passivos correntes	27	1 410 729	1 415 753
Estado e outros entes públicos	28	1 528 668	1 918 302
Total de passivos correntes		<u>67 667 997</u>	<u>53 541 371</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>70 929 704</u>	<u>74 915 501</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		35 089 269	27 981 112
Pagamentos a fornecedores		(28 118 485)	(24 799 169)
Pagamentos ao pessoal		(11 014 091)	(9 182 326)
Fluxos gerados pelas operações		(4 043 307)	(6 000 383)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(299 917)	(337 623)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(1 384 268)	(742 091)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(5 727 492)</u>	<u>(7 080 097)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos tangíveis		134 488	-
Dividendos		-	2 105
Juros e proveitos similares		3 693	248 983
		<u>138 181</u>	<u>251 088</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Accionistas		(1 521 022)	(1 663 249)
Activos tangíveis		(1 057 718)	(340 126)
		<u>(2 578 740)</u>	<u>(2 003 375)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(2 440 559)</u>	<u>(1 752 287)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		500 000	22 365 566
Juros e proveitos similares		-	3 752
		<u>500 000</u>	<u>22 369 318</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(3 980 000)	(10 861 677)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1 251 596)	(3 114 349)
Juros e custos similares		(1 724 203)	(2 345 694)
		<u>(6 955 799)</u>	<u>(16 321 720)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(6 455 799)</u>	<u>6 047 598</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(14 623 850)	(2 784 786)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	19	(2 722 125)	62 661
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	(17 345 975)	(2 722 125)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 692 500	2 798 025	349 159	7 915 476	231 011	(396 738)	12 589 433
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	(396 738)	396 738	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	(25 900 008)	(25 900 008)
Regularizações prévias à fusão	-	-	-	(10 310 681)	-	-	(10 310 681)
Aumento de capital e reservas decorrentes da fusão	1 952 209	-	-	20 741 791	-	-	22 694 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 (Reexpresso)	3 644 709	2 798 025	349 159	18 346 586	(165 727)	(25 900 008)	(927 256)
Reexpressão (Notas 3 e 21)	5 690 122	-	-	(5 690 122)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 (Reexpresso)	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(165 727)	(25 900 008)	(927 256)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	(25 900 008)	25 900 008	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	(9 655 521)	(9 655 521)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(26 065 735)	(9 655 521)	(10 582 777)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da
Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e com o mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal exercitou as competências formuladas no art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo designadamente acompanhado a gestão da empresa, a evolução da sua actividade e das suas participadas e efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas, nas quais, em regra, contou com a presença de um administrador, de um membro da direcção financeira e com o Revisor Oficial de Contas e, nas circunstâncias, sempre obteve todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da empresa e do universo consolidado, bem como do modelo de gestão de riscos e de controlo interno e apreciou conjuntamente com o conselho de administração o interesse da sociedade nas relações que estabelece com os seus accionistas de referência. Teve acesso às actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como a toda a documentação que considerou necessária, não tendo, no decurso destas e de outras diligências, tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas consolidadas da empresa, tendo considerado adequado o trabalho desenvolvido; e tomou conhecimento das principais conclusões do mesmo, as quais foram objecto de análise conjunta com o Revisor Oficial de Contas e são globalmente conformes com a sua própria percepção.

Ainda no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 emitido pelo Conselho de Administração e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, sobre as contas consolidadas, as quais mereceram o seu acordo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços, em geral.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- O Relatório de Gestão, os as Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2010

O Conselho Fiscal


Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, S.R.O.C.,
representada por Óscar José Alçada da Quinta


José Manuel Varandas Marques


Filipa Cordeiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 70.929.704 Euros e capitais próprios negativos de 10.582.777 Euros, incluindo um resultado consolidado líquido negativo de 9.655.521 Euros, as Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

BT

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

5. Em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada inclui, na rubrica "Clientes e contas a receber", uma conta a receber de um cliente no montante de, aproximadamente, 3.966.000 Euros, que se encontra em mora significativa. No decurso do nosso trabalho, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto ao valor e momento de realização desta conta a receber.
6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações ainda que, naquela data, os capitais próprios sejam negativos em 10.582.777 Euros, sendo aplicáveis à Empresa as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, que não se encontra a cumprir. Também, naquela data, os fluxos de caixa operacionais gerados no exercício findo naquela data foram negativos em, aproximadamente, 5.727.000 Euros e o activo corrente era inferior ao passivo corrente em, aproximadamente, 48.636.000 Euros. Adicionalmente, salientamos que o activo não corrente inclui contas a receber de accionistas no montante total líquido de, aproximadamente, 12.555.000 Euros, das quais, aproximadamente, 2.983.000 Euros não têm prazo de reembolso definido (Notas 15 e 29) e direitos contratuais relacionados com contratos celebrados com clientes, registados na rubrica de activos intangíveis, no montante de, aproximadamente, 8.080.000 Euros. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa e a prevalência deste princípio contabilístico, a realização dos seus activos, incluindo as contas a receber supra referidas, e a liquidação e classificação dos seus passivos, no curso normal das operações, dependem da renovação e obtenção de financiamentos suficientes para garantir o cumprimento das responsabilidades de curto prazo, do sucesso das suas operações futuras e do suporte financeiro dos seus accionistas.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificou-se a fusão, por incorporação, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. (“Heska”) na Empresa, mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. Nos termos do IFRS 3, a Heska foi identificada como sendo a entidade adquirente e a Empresa considerada como a entidade incorporada. Assim, relativamente à entidade incorporada e com efeitos reportados à data da fusão, foram identificados e registados justos valores de activos, diferentes dos seus respectivos valores contabilísticos, no montante de, aproximadamente, 8.985.000 Euros bem como um *goodwill* de, aproximadamente, 17.629.000 Euros, para o qual foi reconhecida, ainda no exercício de 2008, uma perda total de imparidade, por contrapartida do rendimento integral do exercício que afectou a comparabilidade entre as Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008. Adicionalmente e em resultado do facto da Heska ter sido considerada como entidade adquirente, foram reexpressas as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2008, conforme referido na Nota 3, por força de ter de ser rectificado o saldo da rubrica “Capital social” por contrapartida de “Outras reservas”, passando a coincidir com o saldo constante das demonstrações financeiras individuais. Esta rectificação, em 31 de Dezembro de 2008, não afectou o montante dos Capitais próprios nesta data.

Lisboa, 29 de Abril de 2010

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto

LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S. A.

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90,
Queluz de Baixo – 2730-053 Barcarena

NIPC e nº de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais:
500166587

Capital Social: 9.334.831 Euros

Declaração

Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº 245 do CVM, o Conselho de Administração afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas consolidadas relativa ao exercício de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2010

O Conselho de Administração

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão – Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa – Vice-Presidente

António Pedro Marques Patrocinio - Administrador